

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Objeto**

1.1 Aquisição de material didáticos e paradidáticos, composto por livros impressos e recursos complementares (formação do professor; plataforma digital educacional) destinados aos alunos e professores da rede municipal de ensino de Augusto Corrêa/PA, abrangendo as temáticas de História e Cultura Afro-indígena e Educação Financeira e Empreendedorismo.

1.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anuais 2026, tendo em vista que este instrumento de governanças ainda não foi elaborado pela municipalidade.

#### **Materiais**

1.3 Os materiais estão divididos por itens conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), nos termos das tabelas abaixo. Os valores apurados a seguir servirão de base como o valor máximo que será pago pelos itens, a saber:

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS ITENS                                                                                                                                      | UND | QUANT. TOTAL | VALOR MÉDIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------------|-------------------|-------------------|
| 1    | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 1ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta | UND | 735          | R\$ 179,51        | R\$ 131.939,85    |
| 2    | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 2ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta | UND | 784          | R\$ 167,98        | R\$ 131.696,32    |
| 3    | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 3ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta | UND | 923          | R\$ 179,22        | R\$ 165.420,06    |
| 4    | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 4ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta | UND | 984          | R\$ 180,64        | R\$ 177.749,76    |

|    |                                                                                                                                                          |     |      |            |                |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------|------------|----------------|
| 5  | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 5ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta | UND | 1002 | R\$ 189,30 | R\$ 189.678,60 |
| 6  | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 6ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta  | UND | 1055 | R\$ 179,57 | R\$ 189.446,35 |
| 7  | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 7ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta  | UND | 1076 | R\$ 195,09 | R\$ 209.916,84 |
| 8  | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 8ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta  | UND | 855  | R\$ 193,42 | R\$ 165.374,10 |
| 9  | <b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> – 9ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autor: Geovane de Oliveira Malta  | UND | 789  | R\$ 196,60 | R\$ 155.117,40 |
| 10 | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 1ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                    | UND | 735  | R\$ 161,96 | R\$ 119.040,60 |
| 11 | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 2ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                    | UND | 784  | R\$ 162,76 | R\$ 127.603,84 |
| 12 | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 3ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                    | UND | 923  | R\$ 177,64 | R\$ 163.961,72 |
| 13 | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 4ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                    | UND | 984  | R\$ 190,00 | R\$ 186.960,00 |
| 14 | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 5ano do ensino fundamental I (Anos iniciais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                    | UND | 1002 | R\$ 179,82 | R\$ 180.179,64 |

|                     |                                                                                                                                                                                                                                             |     |      |                     |                         |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------|---------------------|-------------------------|
| 15                  | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 6ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                                                                                                        | UND | 1055 | R\$ 179,58          | R\$ 189.456,90          |
| 16                  | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 7ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                                                                                                        | UND | 1076 | R\$ 181,88          | R\$ 195.702,88          |
| 17                  | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 8ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                                                                                                        | UND | 855  | R\$ 186,78          | R\$ 159.696,90          |
| 18                  | <b>CULTURA AFRO INDIGENA</b> – 9ano do ensino fundamental II (Anos finais) – livro para o estudante – autores: Ivana Pansera e Luana                                                                                                        | UND | 789  | R\$ 180,66          | R\$ 142.540,74          |
| 19                  | <b>COLEÇÃO DE LIVROS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> (composto por 5 exemplares do manual do educador, cada exemplar referente ao serie/ano que compõe o ensino fundamental I – Anos iniciais (1ano; 2ano; 3ano; 4ano; 5ano)) | KIT | 80   | R\$ 336,13          | R\$ 26.890,40           |
| 20                  | <b>COLEÇÃO DE LIVROS DE CULTURA AFRO INDIGENA</b> (composto por 04 exemplares do manual do educador, cada exemplar referente ao serie/ano que compõe o ensino fundamental II – Anos FINAIS (1ano; 6ano; 7ano; 8ano; 9ano))                  | KIT | 60   | R\$ 361,75          | R\$ 21.705,00           |
| <b>TOTAIS (R\$)</b> |                                                                                                                                                                                                                                             |     |      | <b>R\$ 3.960,29</b> | <b>R\$ 3.030.077,90</b> |

### **Critérios do Recurso de Formação do Professor**

1.4 O guia do educador e o plano de formação devem apresentar subsídios metodológicos sólidos:

1.4.1 Manual do Professor: Livro impresso ou digital que acompanhe o livro do aluno, contendo as respostas das atividades, orientações passo a passo e sugestões de avaliações.

1.4.2 Plano de Formação: Proposta detalhada da carga horária, cronograma e temas das oficinas de capacitação (podendo ser presenciais em Augusto Corrêa/PA ou em formato híbrido/EAD).

1.4.3 Material de Apoio (optativo): Modelos de planos de aula prontos e alinhados ao calendário escolar municipal.

### **Critérios da Plataforma Digital Educacional**

1.5 A solução tecnológica complementar precisa ser acessível e de fácil usabilidade para a rede pública:

1.5.1 Acessibilidade: Compatibilidade com computadores, tablets e smartphones, rodando de forma leve nos principais navegadores de internet.

1.5.2 Recursos para Alunos: Livros digitais interativos (e-books), jogos pedagógicos baseados nos temas propostos, videoaulas curtas e simulados.

1.5.3 Recursos para Gestão: Painel de controle para a Secretaria de Educação e professores acompanharem o progresso, acessos e notas dos alunos.

### **Valor Total da Contratação**

1.6 R\$ 3.030.077,90 (Três milhões, trinta mil, setenta e sete reais e noventa centavos).

### **Classificação dos Bens**

1.7 Os produtos objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

### **Vigência Contratual**

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vigência da Ata**

1.9 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP) será de 1 ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação do PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagem do preço.

1.10 A Ata de Registro de Preço e Contratos oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. Fundamentação**

2.1.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos está agregada aos diversos elementos que embasam a decisão de efetuar esta contratação, onde pode ser verificada pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP) deste objeto.

### **2.2. Justificativa da Contratação**

2.2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de material didático e paradidático, composto por livros impressos e recursos complementares — abrangendo formação continuada para professores e acesso a uma plataforma digital educacional. Esta aquisição destina-se ao atendimento pleno de alunos e docentes da rede municipal de ensino de Augusto Corrêa, no Estado do Pará, com foco específico nas temáticas de História e Cultura Afro-indígena, bem como de Educação Financeira e Empreendedorismo.

2.2.2 A relevância pedagógica e legal desta aquisição fundamenta-se, primeiramente, no estrito cumprimento das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. No contexto de Augusto Corrêa, município marcado por uma rica ancestralidade e pela presença de comunidade quilombola, a introdução de materiais específicos valoriza a identidade local, promove a igualdade étnico-racial e combate ativamente o racismo estrutural a partir da sala de aula.

2.2.3 Paralelamente, a inclusão de materiais voltados à Educação Financeira e ao Empreendedorismo atende diretamente às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece esses eixos como Temas Contemporâneos Transversais obrigatórios. O acesso a esses

conteúdos desde a educação básica desenvolve nos estudantes habilidades essenciais como o pensamento crítico, o planejamento de vida, a responsabilidade socioeconômica e o estímulo ao empreendedorismo sustentável, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para o desenvolvimento da economia regional.

2.2.4 Para assegurar a eficácia prática desses materiais, a contratação inclui de forma indissociável os recursos complementares de formação docente e tecnologia digital. A capacitação continuada dos professores garante o suporte metodológico necessário para a abordagem segura e aprofundada de temas complexos. Complementarmente, a plataforma digital educacional moderniza o processo de ensino-aprendizagem, promove a inclusão digital em consonância com as demandas contemporâneas e oferece ferramentas interativas que aumentam o engajamento dos alunos, além de permitir o monitoramento em tempo real do avanço pedagógico por parte da gestão escolar.

2.2.5 Diante do exposto, o interesse público desta aquisição se justifica pela necessidade premente de garantir a equidade educacional, modernizar a infraestrutura pedagógica da rede municipal e oferecer um ensino humanizado, inclusivo e de excelência, cumprindo assim as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal, integralmente, no Art. 28, inciso I da lei 14.133/2021, as condições e exigências para a contratação estão descritas no Termo de Referência e ETP e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.

#### Subcontratação

3.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

3.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

### 4. PRAZOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 A aquisição dos itens deste processo deverá ser iniciada após a assinatura do contrato, através de ordem de fornecimento, devidamente assinada pela ordenadora (o) de despesa.

4.2. O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

- **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação dos itens entregues a unidade demandante com as especificações constantes neste Termo de Referência e com as solicitações da SEMED.

- **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da qualidade dos materiais e consequente aceitação pelo Departamento Competente.

4.1 A CONTRATADA entregará o objeto do Contrato, da seguinte forma, e em conformidade com a ordem de fornecimento, emitidas pela SEMED, de acordo com o presente Termo de Referência:

4.2 O prazo para a entrega dos itens será de até 10 (dez) dias contados a partir da ordem de fornecimento.

4.3 A CONTRATANTE deverá entregar os itens solicitados no seguinte endereço: Praça São Miguel, 64, São Miguel, Município de Augusto Corrêa/PA – cep: 68610-000.

4.4 A Empresa vencedora deverá entregar o item solicitado dentro do prazo estipulado pela SEMED. O item solicitado deve ser entregue na perfeita ordem, caso contratario, a empresa deverá fazer a troca do item em até 1 (um) dia.

4.5. O recebimento dos itens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **5. AMOSTRA DOS ITENS**

5.1. Para fins de comprovação de conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, o licitante classificado em primeiro lugar provisoriamente deverá apresentar à Administração 1 (um) exemplar do(s) livro(s) cotado(s).

5.2. A amostra deverá ser entregue no prazo de até *quatro dias* úteis, contados a partir da solicitação do(a) equipe de planejamento via email.

5.3 O local para a entrega da amostra será: Praça São Miguel, nº60, Bairro: São Miguel, Município de Augusto Corrêa/PA – cep: 68610-000. Email: [semedaugustocorrea@gmail.com](mailto:semedaugustocorrea@gmail.com).

5.4 Identificação da amostra:

5.4.1 O material apresentado deverá estar devidamente acondicionado e identificado, contendo externamente as seguintes informações:

- Nome da Empresa Licitante;
- Número do Pregão e Processo;
- Título da Obra, Autor e Editora;
- ISBN.

5.5 Dos critérios de avaliação e aceitação:

5.5.1 As amostras deverão ser entregues, em acordo com a legislação pertinente, após a solicitação do (a) equipe de planejamento, ao finalizar a fase de lances verbais, sob pena de desclassificação, caso a licitante não entregue.

5.5.2 As amostras serão analisadas pela equipe de planejamento da Secretaria Municipal de Educação representada pela Sra. Sileide de Nazaré Brito Gonçalves; Sra. Nalva do Carmo Rabelo de Brito Nunes; e Sr. Douglas de Sousa Batista. As amostras somente serão recebidas se estiverem devidamente identificadas, com o nome da empresa licitante, o número do pregão e os itens a que se referem.

5.5.3 Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada.

5.5.4 Em caso de desclassificação da proposta vencedora serão solicitadas as amostras do segundo colocado e assim sucessivamente obedecida à ordem de classificação das licitantes.

5.5.5 As amostras porventura apresentadas poderão ser retiradas pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório.

## **6 GERENCIAMENTO RESPONSÁVEL, HORÁRIO E LOCAL**

6.1. A Secretaria Municipal de Educação que, prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 13:00 horas e entre as 15:00h às 18:00h, localizado na Praça São Miguel, 64, Bairro São Miguel – Augusto Corrêa/PA, CNPJ 31.094.573/0001-55, CEP 68.610-000.

## **7 PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será efetuado em até a 30 (trinta) dias, contados da data de entrega dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente certificada pelo servidor competente e acompanhada da regularidade fiscal.



7.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária (este sendo indicado na proposta, caso houver) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da execução mensal do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência.

7.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/CPF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo notas fiscais/faturas com outros CNPJ/CPF.

7.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

7.9. A Nota Fiscal deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado a contratada se a mesma não estiver em dia com suas regularidades fiscal e trabalhista.

7.11. O valor dos encargos é calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

## **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### **Forma de fornecimento**

8.2 O fornecimento do objeto será **PARCELADO** por **ITEM**.

### **Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta**

8.3 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.4 Nos termos do art 58 da Lei nº 14.133/21, como requisito de pré-habilitação, a licitante deverá apresentar a comprovação de recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da proposta, nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21.

8.5 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, quando se tratar de depósito ou transferência em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados: Banco do Brasil; Agência: 1480-X e Conta: 19561-8.

8.6 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8.7 Não será aceita garantia de proposta emitida após a abertura da sessão, bem como o comprovante de pagamento da garantia.

### **Exigências de habilitação**

8.8 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.9 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.11 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.12 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.14 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.15 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.16 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



8.17 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.18 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.19 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.23 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.24 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.25 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.26 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.27 Prova de regularidade com a fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.28 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.29 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, o balanço deverá vir acompanhado da certidão de habilitação profissional do contador e certidão negativa de débitos - CND será emitida em casos de inexistência de débitos do profissional ou da organização contábil;

8.30 O Balanço Patrimonial, deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.30.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.30.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.30.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.33 Atestado de capacidade técnica da licitante, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso os atestados sejam emitidos por pessoa jurídica de direito privado, obrigatoriamente deverão ter reconhecimento de firma ou assinado eletrônico, se for assinado eletronicamente deve ser enviado com verificação de conformidade), que comprovem de maneira satisfatória ter a licitante aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da presente licitação, deverão conter:

a) Ser emitido(s) em papel timbrado ou que identifique a pessoa jurídica declarante, contendo CNPJ e endereço atualizado;

b) Nome completo, telefone, cargo e assinatura do responsável pela emissão;

8.34 Em caso de dúvida para comprovação do item 8.33, conforme disposto do Art. 64, inciso I da Lei 14.133/21, poderá ocorrer à promoção de diligência destinada complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

8.35 O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

8.36 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.37 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante.

8.39 Para análise complementar de qualificação técnica deverá ser observado o ramo de atividade da empresa em comparativo com o objeto desta licitação. Para essa análise servirão o código CNAE ou as atividades descritas no Contrato Social, devendo ser condizente ao objeto do certame sob pena de inabilitação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. É obrigação da Contratada manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e durante a execução contratual.

9.2. Comunicar à Contratante todo e qualquer fato que possa interferir na regular execução do contrato, sob pena de responder por perdas e danos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e legais.

9.3. A Contratada deverá possuir toda a infraestrutura e ferramentas necessárias para a execução do objeto deste Termo de Referência, bem como e estar prontamente a disposição a partir da solicitação dos materiais.

9.4. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

9.5. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da realização do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Contratante.

9.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados ao fornecimento dos itens, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

9.7. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste contrato.

9.8. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Contratante, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o Contratante.

9.9. Executar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste termo contratual.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e todas as suas etapas, registrando as ocorrências caso necessário, sempre objetivando a qualidade desejada.

10.2. Permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada para a entrega dos materiais, bem como outras atividades decorrentes da contratação, desde que devidamente identificados com crachá ou outra identificação da Licitante.

10.3. Dará ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

- 10.4. Proceder à conferência das notas Fiscais/Faturas, atestando no corpo das mesmas, à entrega/realização dos materiais.
- 10.5. Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato, mediante Nota de Empenho.
- 10.6. Rejeitar os materiais cujas execuções não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no *item 1.3* deste Termo de Referência e posterior Edital.
- 10.7. Notificar a licitante, por escrito, sobre falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 10.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimento que venham a serem solicitadas pelos técnicos da Contratada.
- 10.9. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contratado por intermédio da comissão ou gestor designado para este fim, de acordo com art. 117 da Lei nº 14.133/21.
- 10.10. Efetuar (os) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da Contratada, após a efetiva entrega do objeto e emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.

## 11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Os materiais a serem entregues serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por servidores designados pela Secretaria de Educação.
- 11.2. A Fiscalização exercida no interesse da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 11.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto deste contrato, se em desacordo com as especificações e as Cláusulas Contratuais.
- 11.4. Serão recusados os materiais que não atendam às especificações constantes neste processo.
- 11.5. Todas as entregas dos materiais prestados fora do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, a contratada sofrerá as penalidades impostas pela legislação vigente.
- 11.6. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.
- 11.7. Os representantes da administração, **Rosa Cristina Brito Corrêa**, Matrícula: 0902373 e fiscal substituto: **Nalva do Carmo Rabelo de Brito Nunes**, Matrícula: 010335-7, anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 12.1 As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

0403 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dotação Orçamentária

12 361 0003 2.021 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE

Classificação econômica:

3.3.90.30.00 | Material De Consumo

Subelemento:

3.3.90.30.60 | material ditático

Fonte 15500000

### **13 REAJUSTE**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;  
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.



14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 15.133, de 2021).

## 15. INFRAÇÕES CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 155, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; e)
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;  
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;  
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;  
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;  
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;  
j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;  
k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Com base no art. 156 da Lei 14.133/21, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência:** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. **Multa:** moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

III. **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §79).



15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

15.4.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **16. DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. A Administração poderá revogar a licitação ou rescindir o contrato, por motivo de interesse público e deverá realizar a anulação da licitação quando houver ilegalidade, sendo de ofício ou mediante provocação de terceiro.

16.2. A contratada responderá de maneira absoluta e inescusável pelo objeto deste Termo de Referência, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade objeto a ser contratado.

16.3. Os casos omissos no Termo de Referência, deverão ser supridos pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como as dúvidas suscitadas deverão ser esclarecidas pela Ssecretaria Municipal de Educação, no endereço constante neste Termo de Referência.

16.4. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Augusto Corrêa, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das avenças.

#### **17. DATA E LOCAL DE ASSINATURA**

17.1 Augusto Corrêa/PA, 03 de junho de 2026.

**GELZICLENE NOGUEIRA DA PENHA ARAÚJO**

Secretária Municipal de Educação

Decreto nº 134-2025